

ECOLOGIA POLÍTICA DA MINERAÇÃO NA SERRA DO CURRAL: TERRITÓRIOS, DISPUTAS ORGANIZACIONAIS E RESISTÊNCIAS

VITOR CARVALHO GOMES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS UFMG

ANA BEATRIZ CABRAL GOMES CARDOSO LANA DIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS UFMG

VALDERÍ DE CASTRO ALCÂNTARA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Introdução

Os conflitos em torno da Serra do Curral ultrapassam a dicotomia entre desenvolvimento e preservação, envolvendo disputas políticas, jurídicas, simbólicas e afetivas. Este estudo parte da compreensão da Serra como território vivo, atravessado por memórias, afetos e resistências, e propõe uma leitura que vai além da gestão técnica e da racionalidade instrumental, buscando articular os Estudos Organizacionais e a Ecologia Política para evidenciar como diferentes racionalidades e projetos de mundo se confrontam.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Nosso problema de pesquisa consiste em compreender como organizações, Estado e sociedade civil constroem, legitimam ou contestam narrativas em torno da exploração da Serra do Curral. O objetivo é analisar como o conflito socioambiental se articula no discurso público, evidenciando relações de poder, práticas de resistência e os efeitos organizacionais desses embates.

Fundamentação Teórica

Ancoramo-nos na Ecologia Política, que permite desvelar as dimensões materiais, simbólicas e políticas dos conflitos ambientais (Leff, 2001; Acselrad, 2004), e no conceito de neoextrativismo (Gudynas, 2009; Svampa, 2012), que revela a lógica de expansão das atividades minerárias articulada à financeirização e ao papel regulador do Estado. Dialogamos também com os Estudos Organizacionais críticos, ao conceber as organizações como arenas políticas onde se produzem e disputam significados, territórios e legitimidades (Marquesan & Figueiredo, 2018).

Metodologia

Adotamos a Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2001, 2005) como abordagem teórico-metodológica. O corpus empírico foi composto por reportagens jornalísticas publicadas entre março de 2018 e abril de 2025, selecionadas por relevância e representatividade. Estruturamos a análise em três dimensões interdependentes: texto, práticas discursivas e práticas sociais, a fim de revelar o conteúdo ideológico dos enunciados e os mecanismos de poder que moldam o debate público.

Análise e Discussão dos Resultados

Identificamos cinco categorias analíticas: (1) territorialização/desterritorialização; (2) injustiça ambiental; (3) instituições, valores e interesses em colisão; (4) poder e resistência; (5) formas de mobilização. Os resultados mostram que a Serra do Curral é simultaneamente patrimônio cultural, recurso econômico e território de vida, alvo de processos de captura institucional e licenciamento flexível. Também evidenciamos resistências multiescalares artísticas, jurídicas e científicas, que reconfiguram o debate público e criam alternativas de governança orientadas pela justiça socioambiental.

Considerações Finais

Concluimos que a mineração da Serra do Curral não pode ser compreendida apenas sob a ótica técnica ou econômica: ela é um fenômeno político e organizacional que redefine territórios e relações sociais. A análise revela que o discurso de desenvolvimento e sustentabilidade é mobilizado como estratégia de legitimação do extrativismo, ao passo que a resistência atua como força de reconfiguração simbólica e institucional. Sugerimos que pesquisas futuras aprofundem o estudo das práticas de resistência e explorem metodologias etnográficas e comparativas com outros territórios minerários.

Referências

Acselrad (2004, 2010), Fairclough (2001, 2005), Gudynas (2009), Leff (2001), Svampa (2012, 2019), Zhouri (2019) e demais listados no anexo.

Palavras Chave

Justiça ambiental, Neoextrativismo, Serra do Curral